

ATA NÚMERO 65/XII/1ª SL

19.junho.2012 – 15h00

Aos 19 dias do mês de junho de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 8, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
- 2. Aprovação da ata da reunião anterior**
- 3. Comunicações do Presidente**
- 4. Audiência à Direção do Agrupamento de Escolas de Algoz - 15h00**
- 5. Audiência à Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação - 16h00**
- 6. Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª - PCP - Regime Jurídico da partilha de dados Informáticos.**
 - **Apreciação e votação do parecer**
 - **Deputada autora do Parecer - Isilda Aguincha – PSD**
- 7. Projeto de Resolução n.º 322/XII/1ª, PCP, Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional.**
 - **Discussão na Comissão**
- 8. Projeto de Resolução n.º 323/XII/1ª, PCP, Recomenda ao Governo a suspensão imediata da constituição de mega agrupamentos, a revogação do Despacho n.º 5634 de 26 de Abril de 2012 e o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 94/2010, de 11 de Agosto.**
 - **Discussão na Comissão**
- 9. Projeto de Resolução n.º 333/XII/1ª, BE, Recomenda ao Governo a eliminação dos exames do 1º ciclo de escolaridade obrigatória e atribuição de primazia a um sistema de avaliação formativa em todos os ciclos do ensino básico e secundário.**
 - **Discussão na Comissão**
- 10. Projeto de Resolução n.º 337/XII/1ª, BE, Recomenda ao Governo a suspensão da criação de mega agrupamentos escolares e um processo de reorganização da rede escolar orientado por critérios de qualidade.**
 - **Discussão na Comissão**
- 11. Projeto de Resolução n.º 341/XII/1ª, BE, Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre o ensino e formação de adultos.**
 - **Discussão na Comissão**

12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência, no sentido de se obter esclarecimentos sobre os resultados obtidos nas provas de aferição de matemática e língua portuguesa do 4º ano de escolaridade e conhecer as medidas a adotar.

- **Apreciação e votação**

13. Outros assuntos

14. Data da próxima reunião

Dia 26.junho.2012 - 14h30 – Conferência “O alto rendimento desportivo, o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos”

Dia 27.junho.2012 - 10h00

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) solicitou o adiamento da discussão do ponto 7 para a próxima reunião da Comissão, o que foi aceite. Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente colocou à consideração dos presentes uma proposta de calendário para apreciação, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas na Comissão: Proposta de Lei n.º 53/XII (Lei antidopagem); Proposta de Lei n.º 59/XII (Responsabilidade técnica nas instalações desportivas); Proposta de Lei n.º 61/XII (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo); Proposta de Lei n.º 63/XII (Regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto); Proposta de Lei n.º 69/XII (Ação do Estado na arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais) e Proposta de Lei n.º 70/XII (Estatuto do Aluno e Ética Escolar).

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que os prazos apresentados para a Proposta de Lei (PPL) n.º 70/XII (Estatuto do Aluno) não permitem uma discussão profunda da iniciativa, entendendo que deveria ter existido outro tipo de atenção por parte do Governo.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) afirmou que os prazos propostos não permitem a apresentação de propostas por parte dos Grupos Parlamentares, nem a sua discussão serena, sob pena de se pôr em causa a qualidade da legislação.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que o texto da Proposta de Lei é conhecido desde a sua entrada na Assembleia, em 6 de junho, pelo que os Grupos Parlamentares poderão começar a preparar as suas propostas.

A Sra. Deputada Odete João (PS) considerou que a PPL relativa ao Estatuto do Aluno merece um debate sereno e profundo, que não é compatível com os prazos apresentados.

Referiu ainda que a justificação de celeridade em relação ao início do ano letivo não se justifica, visto que o Estatuto terá de ser refletido nos regulamentos das escolas.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) afirmou que tem interesse na publicação da Lei do Cinema, lembrando, no entanto, que não entrará em vigor antes do Orçamento do Estado para o próximo ano.

Assim, foi fixada uma nova proposta de calendário para apreciação das propostas de lei na especialidade, que se anexa à presente ata.

3.2. O Sr. Presidente referiu-se aos seguintes pedidos de audiência recebidos na Comissão:

- Maria do Carmo Vieira e outros, para apresentação das suas preocupações sobre a entrada em vigor do novo acordo ortográfico. Será agendada por um Deputado indicado pelo PSD.
- Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino, sobre o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Será agendada por um Deputado indicado pelo BE..
- Rui Cruz, fundador do Movimento cívico Tugaleaks, sobre a censura de entrada de mensagens nas escolas provenientes deste movimento. Será agendada por um Deputado indicado pelo PSD.

3.3. Lembrou que os relatórios de atividades dos Grupos de Trabalho e Relatores deverão ser entregues até ao final do presente mês. A Sra. Deputada Margarida Almeida solicitou o adiamento da entrega do relatório do Grupo de Trabalho da Educação Especial para o início do mês de julho.

3.4. O Sr. Presidente recordou a visita ao Centro Desportivo Nacional do Jamor, no dia seguinte, às 11h00, e, em relação à Conferência sobre Alto Rendimento Desportivo, agendada para o dia 26 de junho de 2012, com início às 14h15, afirmou que foram incluídos, no programa, os representantes dos Centros de Alto Rendimento de Anadia e de Montemor-o-Velho e transmitiu que a comunicação de um dos oradores estrangeiros será por videoconferência. Foi deliberado não disponibilizar interpretação.

3.5. Foram apreciados os seguintes relatórios de audiências e visitas, em relação aos quais não se registaram quaisquer observações:

- Relatório da audiência ao Sindicato Independente de Professores e Educadores-SIPE;
- Relatório da audiência à Assembleia Municipal de Sesimbra;
- Relatório da audiência ao Sindicato dos Músicos Profissionais de Espetáculo e do Audiovisual;
- Relatório da audiência à ARIPESE;
- Relatórios das visitas do GT/Currículos Ensino Básico e Secundário à Escola da Ponte e Colégio dos Carvalhos.

3.6. Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª - PCP - Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos

O Sr. Presidente recordou que o PJI foi distribuído à 8.ª Comissão, com conexão com a 1.ª, tendo depois sido solicitado parecer à 12.ª Comissão, na sequência de diálogo com o Presidente da mesma.

A 12.ª Comissão aprovou o seu parecer e remeteu-o à 8ª Comissão. Entretanto, aquando da apreciação do parecer, entendeu que era a competente e pediu à Presidente da

Assembleia da República (PAR) que lhe redistribuísse o P.J.L. A PAR redistribuiu-o à 12.ª Comissão, salvaguardando o acordo da 8.ª comissão.

O Sr. Presidente defendeu que a matéria da iniciativa se integra na área dos direitos de autor e direitos conexos e estes são matéria crucial da política cultural, cabendo na Secretaria de Estado da Cultura, pelo que entende que a competência é da 8ª Comissão, que aliás já desenvolveu todos os procedimentos inerentes à apreciação da mesma.

Pronunciaram-se de seguida os deputados Isilda Aguincha (PSD), relatora do parecer da Comissão em relação ao P.J.L. 228/XII, Michael Seufert (CDS-PP), Rita Rato (PCP), co-autora da iniciativa, Amadeu Albergaria (PSD) e Odete João (PS), que concordaram, por unanimidade, com a competência da 8.ª Comissão.

Nessa sequência, o Presidente referiu que vai informar a PAR de que não há acordo da 8.ª comissão em relação à redistribuição da iniciativa à 12.ª Comissão.

4. Audiência à Direção do Agrupamento de Escolas de Algoz - 15h00

Os representantes do Agrupamento de Escolas de Algoz - Carlos José Dias Ferreira da Silva, Hugo Manuel da Cruz Almeida, Manuel António Guedes da Costa e Margarida Maria Carrasco Pires – agradeceram a oportunidade que lhes foi concedida para poderem apresentar o seu projeto e começaram por fazer uma breve caracterização do Agrupamento, que conta com 716 alunos, sendo que 48,5% são abrangidos pelos serviços de ação social escolar. Trabalham no Agrupamento 77 docentes, 50% dos quais contratados e oriundos de outras regiões.

Referiram-se ao modelo de organização, sublinhando a existência de um Conselho da Comunidade Educativa, um Conselho de Delegados de Turma e um Conselho de Representantes de Pais e Encarregados de Educação.

Relativamente ao Contrato de Autonomia que celebraram com o Ministério da Educação, afirmaram que permitiu a conceção de uma identidade, resultante da capacidade de redefinir a sua missão e objetivos, organizando e controlando o desenvolvimento das suas atividades em função do contexto em que se insere e com o envolvimento dos diversos parceiros.

Referiram que o Agrupamento se diferencia positivamente das outras escolas da região, pela qualidade e excelência do seu ensino, pela oferta formativa diversificada e, principalmente, pelo sucesso académico. A este propósito, mencionaram a taxa de transição no presente ano, que se situou nos 84.2% no 3º ciclo, nos 86% no 2º ciclo e nos 91% no 1º ciclo. A taxa de sucesso pleno correspondeu, no 1º ciclo, a 78.1% e a 60.7% nos 2º e 3º ciclos. O abandono escolar é, neste Agrupamento, residual.

Elencaram, de seguida, algumas medidas adotadas pelo Agrupamento, tendentes a aumentar a qualidade do serviço público da educação: prova global do Agrupamento, critérios diferenciados de progressão/retenção, equipas pedagógicas por ano de escolaridade, cumprimento integral das aulas previstas, sendo o absentismo docente igual a zero ou residual, tempos letivos de 60 minutos aplicados a todas as áreas, introdução e consolidação do conceito de sucesso pleno, articulação e sequencialidade das aprendizagens e reajustamento Curricular.

No que concerne ao reajustamento curricular, sublinharam o desenvolvimento da prática da Psicomotricidade e da Expressão Artística, no pré-escolar; o reforço da aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática, com aulas práticas em par pedagógico em sala de aula, o reforço da atividade experimental na área de Estudo do Meio; o início da aprendizagem de Inglês e Informática a partir do 1º ano e o desenvolvimento do Desporto Escolar desde o 3º ano.

Interviu, de seguida, a Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), que agradeceu a exposição e colocou algumas questões, designadamente, sobre se dispõem de dados relativos à avaliação comparativa dos alunos ao longo do seu percurso, se se conhecem os resultados dos alunos no pós 9º ano, isto é, se foi feita a avaliação da repercussão destas medidas ao nível do ensino secundário. Perguntou ainda como conseguem níveis tão baixos de absentismo dos docentes e como procedem em caso de falta do docente.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) colocou algumas questões, nomeadamente sobre a data de início do contrato de autonomia, sobre a data de constituição do agrupamento, sobre a composição do Conselho Pedagógico, sobre a importância que atribuem à Educação Cívica e ainda sobre o número de professores que prevêm poder vir a ser dispensados, na sequência da recente revisão da estrutura curricular.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) felicitou os audientes pelo projeto, reconhecendo que a proximidade com a comunidade é fundamental. Colocou também algumas questões, nomeadamente sobre a forma de garantir a assiduidade dos professores, sobre as dificuldades e obstáculos com que se debatem, sobre a forma como se processa a divisão das turmas, no caso das disciplinas em par pedagógico, sobre a existência de programa de apoio aos alunos com dificuldades e ainda sobre se consideram que as provas globais contribuem para o insucesso.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) questionou os audientes sobre a questão dos mega agrupamentos e sobre o cuidado de não agrupar esta escola, por força do seu contrato de autonomia. Perguntou ainda se os professores contratados se têm mantido na escola ao longo deste contrato de autonomia ou se têm sido substituídos, sobre a questão do par pedagógico, sobre a solução encontrada para os exames dos alunos com adequações curriculares, em especial os que integram a Unidade de Ensino Estruturado do Autismo. Por último, perguntou sobre o futuro do contrato de autonomia e sobre o impacto da revisão da estrutura curricular na organização da escola.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) questionou se seria possível aplicar este modelo de autonomia num mega agrupamento, se considerem importante serem as escolas a definirem o número de alunos por turma e ainda se a aplicação de critérios de retenção muito rígidos não dificulta a progressão dos alunos.

Respondendo às questões, os representantes do Agrupamento esclareceram que fazem a análise da evolução do percurso dos alunos desde 2001, afirmando que se regista uma progressão muito positiva. Em relação à assiduidade dos professores, clarificaram que não têm aulas de substituição, adotando antes um modelo de permutas, que permite, através de uma reunião semanal, a antecipação de respostas a eventuais percalços que possam ocorrer.

Referiram que tem sido possível manter os professores contratados durante a vigência do contrato de autonomia e em relação ao número de alunos por turma, afirmaram que poderá existir a possibilidade de desfasamento em relação ao previsto nos normativos. Têm, em média, 22 alunos por turma. Referiram-se ainda à incerteza e indefinição em relação ao futuro do contrato de autonomia, não existindo ainda a garantia da sua renovação, nem dos termos da mesma.

Por último, fizeram alusão ao novo paradigma dos mega agrupamento, afirmando que nada têm a opor em relação a esta possibilidade, que permitirá o alargamento ao ensino secundário, sem a perda da identidade das várias escolas. A escola passará de 800 alunos para 1700. Esclareceram ainda que não têm apoio pedagógico acrescido, por oferecerem aulas práticas, com par pedagógico a todos os alunos.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Audiência à Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação - 16h00

Estiveram presentes, em representação da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE), Maria José Viseu, Isabel Gregório, António Parente, Martinho Loureiro, Carlos Rainho, Daniel Lopes Barbosa.

A presidente da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE) agradeceu a concessão da audiência e apresentou as preocupações da Confederação, que em suma se apresentam:

- Manifestou a sua discordância em relação ao facto de a nota de Educação Física deixar de contar para efeitos de acesso ao ensino superior, a partir do próximo ano letivo, por força da revisão da estrutura curricular, por entender que contribui, em muitas escolas, para subir a média dos alunos.
- Em relação à responsabilização parental, prevista na proposta de lei relativa ao Estatuto do Aluno, defendeu que só pode ser exigida se forem cumpridas determinadas condições. Considerou ainda que as penalizações não deverão ser pecuniárias, visto que esta medida penalizará toda a família que, em muitos casos, vive com dificuldades financeiras, sugerindo antes que possa reverter em trabalho comunitário.
- Manifestou a sua discordância em relação ao afastamento dos pais e alunos do Conselho Pedagógico, prevista na revisão do Decreto-Lei relativo à Autonomia e Gestão Escolar, considerando que corresponde a um enorme retrocesso. Relativamente à agregação de agrupamentos, referiu que contribuirá para o afastamento dos pais dos órgãos de decisão.
- Fez referência à situação dos alunos com necessidades educativas especiais, entendendo que as escolas deverão ser promotoras de inclusão, pelo que considera inaceitável a constituição de turmas de nível. Em relação aos exames nacionais, entende que estes alunos deveriam ter as adequações curriculares de que usufruíram ao longo do seu percurso. Manifestou ainda a sua apreensão em relação à forma como estes alunos vão ser integrados nas turmas do ensino secundário.
- Referiu-se aos resultados dos testes intermédios, considerando que se torna necessário apurar as razões que conduziram à descida abrupta nas notas.
- Em relação às orientações para o próximo ano letivo, referiu-se ao aumento do número de alunos por turma, que considerou negativo e, em relação às turmas dos Cursos de Educação e Formação e do ensino profissional, considerou difícil constituir turmas com 25 ou 30 alunos, na mesma área.
- Por último, fez alusão à redução do tempo da direção de turma, o que corresponderá a uma redução do tempo dedicado aos pais, e também à redução do crédito de horas para as escolas, contribuindo desta forma para o fim de alguns projetos estruturantes das escolas e do desporto escolar.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Ester Vargas (PSD), que considerou fundamental a participação dos pais no processo educativo dos seus educandos, pese embora a sua intervenção esteja prevista num plano definido. Pronunciou-se também sobre a decisão do atual Governo de excluir os pais do Conselho Pedagógico, entendendo que deverão ser os professores a definirem as linhas norteadoras, nada impedindo os pais de darem o seu contributo para o projeto educativo.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) manifestou a sua discordância em relação ao aumento do número de alunos por turma e anunciou que o PS vai tomar uma iniciativa em relação a esta medida. Referiu-se ainda ao comunicado do Provedor de Justiça sobre os exames nacionais para os alunos com necessidades educativas especiais, que considerou inconcebível que sejam retiradas adequações curriculares aos alunos que delas beneficiaram ao longo do ano.

Por último, pronunciou-se sobre os exames nacionais, considerando que a avaliação deverá ser globalizante e não setorial. Questionou ainda a CNIPE se foi ouvida em relação ao novo regime de autonomia das escolas.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) colocou algumas questões aos representantes da CNIPE, designadamente sobre o prejuízo de a nota de Educação Física não contar para a média final e sobre as condições a que aludiram para a responsabilização parental prevista no Estatuto do Aluno. Em relação ao parecer do Provedor de Justiça, afirmou que se refere apenas aos alunos com Programa Educativo Individual (PEI), acrescentando que a lei não limita que seja dada leitura de prova a alunos com dislexia ou autismo, competindo ao Júri Nacional de Exames emitir parecer. Relativamente às turmas de nível, esclareceu que se trata de uma medida transitória e temporária.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) manifestou a sua preocupação em relação a algumas das propostas previstas no Estatuto do Aluno, afirmando que vai tentar intervir em sede de especialidade. Considerou negativa a saída dos pais do Conselho Pedagógico, entendendo que correspondeu a um enorme retrocesso. O mesmo acontece em relação às turmas de nível, que considerou um recuo na educação inclusiva dos alunos. No que concerne aos exames para alunos com necessidades educativas especiais, considerou que o poder foi erradamente atribuído ao Júri Nacional de Exames.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) manifestou a sua estranheza em relação ao afastamento dos pais e alunos do Conselho Pedagógico, entendendo fundamental a sua participação, em especial no atual contexto. Referiu-se aos indeferimentos constantes em relação aos exames nacionais para alunos com NEE's, considerando que a autonomia das escolas de nada serve. Pronunciou-se em relação à proposta de alteração do Estatuto do Aluno, considerando-o autoritário e castigador, ao prever multas para os pais.

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) considerou que a educação não pode desenvolver-se em torno da poupança de recursos. Afirmou ainda que, para este Governo, o papel dos pais é tomado como um papel que atrapalha e o dos alunos como recetáculo.

Respondendo às questões colocadas, a Sra. Presidente da CNIPE reafirmou que os pais têm o direito de participar no órgão principal de pedagogia da escola. Em relação à retirada da nota de Educação Física para a média final, considera que muitos alunos ficarão prejudicados por dela não poderem beneficiar. Referiu ainda que, nos casos em que desaparece o coordenador de estabelecimento, muitos pais terão dificuldade em reunir com o órgão de gestão, não só devido às longas distâncias mas também aos horários dos pais.

Esclareceu que não foram ouvidos em relação ao novo regime de autonomia das escolas e sobre as turmas de nível, considerou inaceitável a possibilidade de isolar os alunos de níveis diferenciados.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

6. Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª - PCP - Regime Jurídico da partilha de dados Informáticos.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) apresentou o parecer da iniciativa, que foi depois aprovado por unanimidade, pelos deputados do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

7. Projeto de Resolução n.º 322/XII/1ª, PCP, Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional.

A discussão deste Projeto de Resolução foi adiada para a próxima reunião.

8. Projeto de Resolução n.º 323/XII/1ª, PCP, Recomenda ao Governo a suspensão imediata da constituição de mega agrupamentos, a revogação do Despacho n.º 5634 de 26 de Abril de 2012 e o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 94/2010, de 11 de Agosto.

A deputada Rita Rato (PCP) fez a apresentação da iniciativa, tendo-se registado de seguida as intervenções dos deputados Ana Drago (BE), Michael Seufert (CDS-PP), João Prata (PSD) e Rui Duarte (PS).

A informação respeitante ao debate e a respetiva gravação áudio estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 323/XII \(1ª\)](#).

9. Projeto de Resolução n.º 333/XII/1ª, BE, Recomenda ao Governo a eliminação dos exames do 1º ciclo de escolaridade obrigatória e atribuição de primazia a um sistema de avaliação formativa em todos os ciclos do ensino básico e secundário.

A deputada Ana Drago (BE) fez a apresentação da iniciativa, tendo-se registado de seguida as intervenções dos deputados Isilda Aguincha (PSD), Acácio Pinto (PS), Rita Rato (PCP) e Michael Seufert (CDS-PP).

A informação respeitante ao debate e a respetiva gravação áudio estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 333/XII/1ª](#).

10. Projeto de Resolução n.º 337/XII/1ª, BE, Recomenda ao Governo a suspensão da criação de mega-agrupamentos escolares e um processo de reorganização da rede escolar orientado por critérios de qualidade.

A deputada Ana Drago (BE) fez a apresentação da iniciativa, tendo-se registado de seguida as intervenções dos deputados Rita Rato (PCP), Michael Seufert (CDS-PP), João Prata (PSD) e Rui Duarte (PS).

A informação respeitante ao debate e a respetiva gravação áudio estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 337/XII/1ª](#).

11. Projeto de Resolução n.º 341/XII/1ª, BE, Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre o ensino e formação de adultos.

A deputada Ana Drago (BE) fez a apresentação da iniciativa, tendo-se registado de seguida as intervenções dos deputados Michael Seufert (CDS-PP), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Carlos Enes (PS) e Rita Rato (PCP).

A informação respeitante ao debate está disponível no [Projeto de Resolução n.º 341/XII \(1ª\)](#).

12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência, no sentido de se obter esclarecimentos sobre os resultados obtidos nas provas de aferição de matemática e língua portuguesa do 4º ano de escolaridade e conhecer as medidas a adotar.

O requerimento foi apresentado pela deputada Odete João (PS), que reiterou a importância de se ouvir o Ministro da Educação e Ciência sobre os baixos resultados das provas de aferição do 4.º ano, de Matemática e Língua Portuguesa. Referiu que não obstante o Ministro tenha considerado que os de Matemática resultam da falta de estruturação do novo programa, é necessário conhecer as propostas de superação a adotar nesse âmbito.

Para além disso, pretende ouvir o Ministro sobre a organização do próximo ano letivo, nomeadamente sobre os mega-agrupamentos recentemente constituídos, cursos profissionais, cursos de educação e formação, etc.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) referiu a inoportunidade do requerimento, sendo que está agendado para a sessão plenária de 22 de junho um debate temático requerido pelo PCP sobre «A situação na Escola Pública e novo ano letivo: mega agrupamentos, reorganização curricular e despedimentos nas escolas», tendo informado que vai votar contra.

As deputadas Ana Drago (BE) e Rita Rato (PCP) defenderam que o debate no Plenário não inviabiliza o debate na Comissão, pelo que vão votar a favor.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que as matérias constantes do requerimento serão esclarecidas no debate temático no Plenário.

O requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, tendo recolhido os votos a favor do PS, do PCP e do BE.

13. Outros assuntos

Não se verificaram outros assuntos.

14. Data da próxima reunião

Dia 26.junho.2012 - 14h30 – Conferência “O alto rendimento desportivo, o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos”

Dia 27.junho.2012 - 10h00

A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de junho 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 27 de junho.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Manuela Tender
Rita Rato
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Tiago
Pedro Delgado Alves

Calendário de apreciação de iniciativas legislativas

Mês	Dias	PPL 53-Lei antidopagem-79 artigos	PPL 59-Resp. Inst. Desportiv. 35 artigos	PPL 63-Treinador Desp.-32 art.	PPL 61-Estat. Ensino Partic. Coop-14 art.	PPL 70-Estatuto Aluno-56 artigos	PPL 69-Fomento Cinema-27 art.
JUNHO	15					Pedido parecer Fórum	
	16						
	17						
	18		Pedido parecer	Pedido parecer	Pedido parecer Fórum		
	19						
	20						Pedido parecer Fórum
	21						
	22	Propostas alteração					
	23						
	24						
	25	Quadro comp.	Fim prazo parecer	Fim prazo parecer			
	26	Votação GT-manhã					
	27	Votação CECC				Fim prazo parecer	
	28	Rel. Votação Texto final					
29	Votação Plenário	Prop. alteração	Prop. alteração	Prop. alteração			
30						Fim prazo parecer	
JULHO	1						
	2		Quadro comp.	Quadro comp.	Quadro comp.		
	3		Votação GT	Votação GT	Votação CECC		
	4	Redação final	Votação CECC	Votação CECC	Rel. Votação Texto final		
	5		Rel. Votação Texto final	Rel. Votação Texto final			Fim prazo parecer
	6		Votação Plenário	Votação Plenário	Votação Plenário		
	7						
	8						
	9						
	10						
	11		Redação final	Redação final	Redação final		

	12					Propostas alteração	Propostas alteração
	13					Quadro comp.	
	14						
	15						
	16						Quadro comp.
	17					Votação CECC- manhã e tarde	
	18					Votação CECC- manhã e tarde	
	19						Votação CECC
	20					Rel. Votação Texto final	
	21						
	22						
	23						Rel Votação Texto final
	24						
	25					Votação Plenário	Votação Plenário
	26						
	27						
	28						
	29						
	30						
	31					Redação final	Redação final